



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Notas sobre os impactos da crise estrutural do capitalismo no Brasil

Francisco Luiz Corsi

Como citar: CORSI, F. L. Notas sobre os impactos da crise estrutural do capitalismo no Brasil. *In:* SOUZA, L. A. F.; CORRÊA, L. M. M. (org.). **Dilemas da sociedade brasileira contemporânea: as novas configurações da economia, da violência e dos espaços comunicacionais**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 13-28.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7983-992-4.p13-28>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

NOTAS SOBRE OS IMPACTOS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO NO BRASIL

Francisco Luiz Corsi

INTRODUÇÃO

As presentes notas têm por objetivo discutir os impactos da crise estrutural do capitalismo global aberta a partir de 2007 na economia brasileira, mais especificamente no que se refere ao crescimento econômico e a política econômica. Os impactos da referida crise foram múltiplos e não temos aqui a pretensão, dentro dos limites do presente artigo, de esgotar a discussão. As notas que seguem visam apenas tecer breves comentários sobre alguns pontos que reportamos importantes para a compreensão da atual conjuntura da economia brasileira.

Para entendermos os impactos da crise no Brasil será preciso discutir primeiro a natureza da crise e, sobretudo, como o Brasil se inseriu nas últimas duas décadas na economia mundial. Consideramos que isso implica discutir a reconfiguração do capitalismo resultante da crise de sobreacumulação da década de 1970 e como a periferia do sistema se inseriu neste processo. Sem dúvida que não é possível entender a evolução da economia brasileira unicamente levando-se em conta as tendências e as determinações do capitalismo global, por mais importantes que elas sejam. É também fundamental para entendermos as razões da crise atual por que passa o Brasil abordar um conjunto de determinações internas, que se ar-

ticulam as externas, mas que guardam certa autonomia. Especial atenção será dispensada a política econômica adotada pelos governos Lula e Dilma no seu primeiro mandato. O artigo segue os passos acima delineados.

A PERIFERIA NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITALISMO GLOBAL

De forma muito esquemática, podemos afirmar, seguindo Chennais (2005), Brenner (2003) e Harvey (2011), que o capitalismo desde a década de 1980 ficou mais instável que no passado. As crises, que são inerentes a própria dinâmica contraditória da acumulação de capital, ficaram muito frequentes e isto decorre, em grande parte, da maneira pela qual os países desenvolvidos, particularmente os EUA (Estados Unidos de América), os grandes bancos, as grandes empresas e os fundos de investimentos encaminharam a reestruturação do capitalismo, sob a égide política e ideológica do neoliberalismo, a partir da década de 1980.

A crise estrutural aberta em 1974, que pôs fim aos chamados “30 anos gloriosos”, foi resultado de vários processos intimamente articulados, quais sejam: perda de competitividade da economia norte-americana, esgotamento do fordismo, ascensão das lutas de classe no mundo, crise do sistema monetário internacional, crescente peso do capital financeiro, queda da taxa de lucro (cuja queda foi um dos principais determinantes da crise de sobreacumulação de capital), crise energética e crise de hegemonia dos EUA. Reagindo a crise, o capital buscou reestruturar o sistema com o objetivo de controlar a contestação social, recuperar a taxa de lucro, e recompor a hegemonia norte-americana. As principais linhas da reestruturação do capitalismo foram as seguintes: desmonte do Estado de Bem-Estar Social; abertura das economias nacionais; desregulamentação dos mercados financeiros; reestruturação produtiva, com a introdução da chamada acumulação flexível de capital; nova onda de inovações tecnológicas e reconfiguração espacial da acumulação de capital.

Não seria possível aqui discutir esses processos em detalhes. Interessa para os nossos propósitos abordar alguns de seus desdobramentos para a periferia. Um dos pontos centrais foi a hegemonia do capital financeiro. O inchaço da esfera financeira, iniciado 1970, se aprofundou a partir da década de 1980, viabilizado pela abertura das economias nacionais, pela

desregulamentação financeira e pelo desenvolvimento de novas tecnologias da informação. O pano de fundo deste processo consistia nas crescentes dificuldades de valorização do capital na esfera produtiva, sobretudo nos países centrais, não obstante os salários terem crescido abaixo da produtividade a partir do início dos anos 1980 e, desta forma, terem propiciado a recuperação das taxas de lucro (BRENNER, 2003; CHESNAIS, 2005). A existência de crescente capacidade produtiva em escala global, em grande medida decorrência da abertura de novo espaço de acumulação de capital na Ásia (aspecto que discutiremos mais adiante), que também derivou da reestruturação do capitalismo, inibe a acumulação no centro do sistema, dado os problemas de competitividade das economias centrais. O incremento da concorrência estimula os capitais aí formados a valorizarem-se em outras regiões ou na esfera financeira. Soma-se a isso o crescimento endógeno desse capital fictício valorizado na própria especulação, gerando volumes gigantescos (HARVEY, 2011).

Neste contexto de sobreacumulação crônica, os investimentos esmorecem. As pressões para conter os salários também contribuem para reduzir a demanda agregada. A expansão da economia passou a depender cada vez mais do endividamento das famílias, das empresas e do setor público. A valorização fictícia também depende do endividamento generalizado. O endividamento, portanto, tornou-se peça central do padrão de valorização no capitalismo globalizado. A insuficiência da acumulação, que decorre da própria sobracumulação, implica que um volume cada vez maior de capital ter de valorizar-se na especulação. Não por acaso, o capitalismo global passou a depender de forma crescente de bolhas especulativas, que se sucederam com maior frequência desde meados da década de 1980 (BRENNER, 2006; HARVEY, 2011).

A hegemonia do capital financeiro teve enorme repercussão para os países em desenvolvimento. Como uma das consequências da forte majoração das taxas de juros nos EUA, no início dos anos 1980, a crise das dívidas externas pôs de joelhos vastas áreas da periferia, sugando enormes quantidades de excedente via pagamento das dívidas, o que contribuiu para a valorização do crescente volume de capital fictício em circulação no mercado mundial, e jogou esses países em profunda crise econômica e social, além de preparar o terreno para a desregulamentação comercial

e sobretudo financeira dos anos de 1990, que transformou a maior parte da dessa zona em um espaço de valorização desse capital fictício e de acumulação por espoliação (HARVEY, 2007), conferindo a mesma enorme instabilidade, evidente nas crise que assolaram o México, o Leste asiático, a Rússia, o Brasil e a Argentina nos anos de 1990.

Outro ponto fundamental para a compreensão do papel da periferia no capitalismo global foi a ascensão de um novo polo dinâmico de acumulação de capital no Leste asiático. Observa-se crescente formação de cadeias globais de produção. O capital buscou incorporar novos espaços de acumulação, nos quais pudesse dispor de mão-de-obra barata, qualificada e disciplinada. O objetivo era recompor o exército industrial de reserva em escala global. As grandes corporações passaram a coordenar e controlar processos globais de produção e distribuição, cujas fases encontram-se espalhadas geograficamente. Isto foi feito por meio de empresas organizadas em rede. Neste processo a região do Leste asiático recebeu enorme fluxo de capitais (CARNEIRO, 2002; BASUALDO; ARCEO, 2006).

Os impactos da reconfiguração espacial do capitalismo no centro e na periferia do sistema denotam que o desenvolvimento é desigual e combinado. Alguns poucos países do Leste asiático entraram em uma fase de grande crescimento e se inseriram de maneira dinâmica no processo de mundialização. Isto se deveu a uma série de determinações geopolíticas, econômicas, sociais e políticas. A ascensão do Leste asiático não pode ser entendida sem considerar o papel do Japão, que intensificou suas exportações de capital e tecnologia para a região a partir dos anos 1980, e dos EUA, que ao buscarem conter a URSS (União das Republicas Socialistas Soviéticas) contribuíram para o desenvolvimento da região, abrindo seu enorme mercado para as mercadorias asiáticas e contribuindo para a reinserção chinesa na economia mundial (MEDEIROS, 2008).

Todavia, as transformações estruturais na economia mundial isoladamente não explicam o crescimento do Leste asiático. É preciso levar em conta as peculiaridades nacionais. Porém, é possível detectar algumas características comuns, quais sejam: crescimento calcado, em boa medida, nas exportações de manufaturas; controle por parte do Estado de variáveis fundamentais da economia, como câmbio, taxa de juros e crédito; coordenação estatal dos setores estratégicos e esforço autônomo

de produção de tecnologia, o que implicou pesados investimentos públicos e privados em educação e pesquisa. A experiência chinesa, parte desse processo, apresenta uma série de peculiaridades impossíveis de serem tratadas aqui, mas cabe mencionar que a revolução chinesa foi sobretudo uma revolução nacional, pautada por um projeto de transformar a China em grande potência (MEDEIROS, 2008).

Os países da América Latina, que seguiram uma estratégia de desenvolvimento distinta, baseada na substituição de importações, entraram em uma fase de baixo crescimento e instabilidade por duas décadas. A crise de sobreacumulação e os impasses econômicos e políticos da região levaram ao desmonte do modelo desenvolvimentista, que começou a partir da implantação das ditaduras no Chile, em 1973, e na Argentina, em 1976. Na década de 1980, as economias latino-americanas foram assoladas pelas crises da dívida externa, inflacionárias e fiscais e tornaram-se exportadoras líquidas de recursos para os países desenvolvidos. Sob pressão dessas crises, dos EUA, do FMI (Fundo Monetário Internacional), do capital financeiro global e de amplos setores internos das classes dominantes, vários governos da região adotaram, com pronunciados matizes nacionais, planos de estabilização, abertura e desregulamentação de suas economias e amplo processo privatização, inspirados no chamado Consenso de Washington. De maneira geral, os Estados perderam, em parte, o controle sobre suas economias nacionais, quando por exemplo deixaram de ter moeda própria ao ancorarem suas moedas no dólar, e deixaram de ter condições de coordenar e liderar o desenvolvimento (CARNEIRO, 2002).

No Brasil, a crise da dívida externa, a crise inflacionária e a crise fiscal, que colocaram em xeque o modelo desenvolvimentista, associadas a possibilidade de vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 1989, contribuíram para unificar os diferentes setores das classes dominantes em torno da candidatura Collor e de seu projeto neoliberal. A adoção de políticas neoliberais implicou em uma reacomodação das frações das classes dominantes. Observou-se o fortalecimento dos setores financeiros e do agronegócio. Setores de classe fortemente articulados com o capital estrangeiro e favoráveis a uma maior abertura da economia brasileira. Os setores do capital mais vinculados ao mercado interno perderam terreno nesse novo contexto.

O projeto neoliberal, inspirado no chamado Consenso de Washington, ganhou consistência no governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), que adotou uma política de estabilização baseada na âncora cambial, na abertura e desregulamentação da economia nacional e na redução do papel do Estado na economia, em especial por meio de amplo programa de privatização das empresas estatais. Esta política controlou o processo inflacionário, mas ao implicar em deterioração das contas externas, exigia, em um contexto de instabilidade da economia mundial, a constante majoração das taxas de juros com o objetivo de atrair um fluxo crescente de capitais externos, necessários para fechar o balanço de pagamentos, o que resultou, entre outros pontos, em baixo crescimento econômico, desemprego, expansão da dívida pública e vulnerabilidade externa. Esse processo desembocou na crise cambial do final dos anos 1990.

A âncora cambial foi abandonada. Em sua substituição o governo FHC introduziu as metas de inflação, o câmbio flexível e a meta de superávits primários. Medidas que continuaram a garantir os interesses do capital financeiro. Qualquer ameaça da inflação superar as metas implica na elevação dos juros e na obtenção de superávits primários cada vez maiores. O resultado tende a ser crescimento medíocre, altas taxas de desemprego, polpuda remuneração ao capital financeiro, submissão da política econômica aos interesses rentistas e câmbio valorizado. Por meio do superávit primário, da manutenção em patamar confiável para o capital financeiro da relação Dívida/PIB (Produto Interno Bruto) e do controle da inflação o Estado precisa mostrar que tem condições de pagar suas dívidas.

Paralelamente, FHC com o objetivo de melhorar as contas externas, em um contexto de redução dos fluxos de capital para a periferia em virtude das crises asiáticas, russa, brasileira, argentina e da bolsa de valores das empresas de alta tecnologia nos EUA, adotou uma série de medidas para favorecer o agronegócio, embora àquela altura não fosse previsível o boom de *commodities* que se desencadearia a partir de 2003. Ao adotar essa política preparou o terreno para o Brasil adequar-se à reorganização da divisão internacional do trabalho decorrente ascensão do Leste asiático como centro dinâmico da acumulação de capital, que começava a se consolidar a partir da superação da crise asiática.

A China, depois da crise asiática de 1997, se tornou paulatinamente no centro da economia da região. Este país, antes da desaceleração recente de sua economia, parecia tender a criar sua própria periferia. A América Latina, entre 2003 e 2010, parecia estar sendo atraída pela força gravitacional da China de forma inexorável, pois o acelerado crescimento chinês elevou os preços das commodities, que também subiram devido à especulação. A melhora dos termos de intercâmbio da América Latina contribuiu para expansão da economia e para a redução da vulnerabilidade externa, possibilitando políticas econômicas expansivas. O crescimento da região decorreu também dessas políticas econômicas expansivas e das medidas distributivas da renda adotadas por alguns governos latino-americanos. Para os países mais desenvolvidos da região, a ascensão chinesa contribuiu para uma certa involução estrutural ao reforçar a posição dos mesmos como exportadores de produtos primários e de produtos manufaturados intensivos em recursos naturais e força de trabalho, com baixo valor agregado. Exemplo foi a reprimarização da pauta de exportação de países como o Brasil (MEDEIROS, 2008; CANO, 2014). A crise desencadeada a partir de 2008 parece ter arrefecido essa tendência.

O prenúncio da crise de 2008 foi o estouro da NASDAQ, em 2001. À época, parecia que o capitalismo estava diante de uma grande crise. As previsões pessimistas não se confirmaram naquele momento. A resposta dada à crise de 2001 contornou momentaneamente o problema da sobreacumulação. O governo dos EUA, que liderou o combate à crise, adotou uma política expansiva, pautada na redução dos juros, na ampliação do crédito, na expansão do gasto público (em boa medida vinculados as ações militares no Iraque e no Afeganistão) e no corte dos impostos, com o objetivo de estimular o consumo e os investimentos (BRENNER, 2006, p. 128-133).

As taxas de juros dos empréstimos hipotecários de longo prazo declinaram consideravelmente entre 2000 e 2003 (cerca de 40%) e mais suavemente até 2006. O resultado foi o aquecimento do mercado imobiliário, que já estava em expansão desde os anos 1990. O aquecimento desse mercado estimulou o conjunto da economia norte-americana. A elevação do valor dos imóveis estimulou ainda mais o endividamento das famílias e inflou a bolha especulativa. A recuperação da economia baseou-se no cres-

cente endividamento das famílias, das empresas e do Estado e na expansão da bolha imobiliária (BRENNER, 2006, p. 128-130; HARVEY, 2011).

A expansão norte-americana contribuiu por meio do aumento dos déficits comerciais acelerar o crescimento da economia mundial, em especial o Leste asiático, que a partir de sua relação simbiótica com a economia norte-americana se firmou como um polo dinâmico de acumulação de capital, responsável, em parte, pela fase expansiva 2003-2007 (BELLUZZO, 2009). A expansão imobiliária no EUA sustentava-se em imenso volume de emissão de títulos hipotecários, dos quais uma quantidade razoável era de solvência duvidosa. Através da especulação global estes títulos espalharam-se pela economia mundial (CHESNAIS, 2012; HARVEY, 2011).

A elevação dos juros nos EUA, em 2006, para deter as pressões inflacionárias e para desarmar a bolha especulativa precipitou a crise. O resultado foi a elevação da inadimplência, que atingiu, em 2007, 2 milhões de famílias. A demanda e os preços dos imóveis retraíram-se. Processo reforçado pela recolocação dos imóveis retomados pelas execuções hipotecárias no mercado. A explosão na inadimplência fragilizou as instituições financiadoras da expansão imobiliária e toda a rede de especulação formada a partir dessas operações de financiamento em escala mundial. Este processo foi potenciado pela existência de outras bolhas imobiliárias na Espanha, na Inglaterra e na Irlanda. É importante frisar que a crise em pauta é uma crise de sobreacumulação, que se manifesta sobretudo pelo acúmulo explosivo de capital fictício, que apresenta crescente dificuldade em valorizar-se, mas também existe excesso de capacidade produtiva em escala global, particularmente em alguns países asiáticos e centrais. A resolução desse problema indica que a crise será longa (HARVEY, 2011, p. 9-12).

A rápida ação dos bancos centrais dos países desenvolvidos e de alguns países emergentes, que garantiram os depósitos e injetaram bilhões de dólares na economia para evitar o colapso da liquidez, salvou o capital da debacle financeira (BELLUZZO, 2009). Mas o enorme volume de ativos tóxicos nas carteiras de inúmeros bancos, fundos de investimento e companhias de seguros disseminou a crise. Inicialmente a crise concentrou-se no centro do sistema. EUA, Japão e União Europeia sofreram forte retração. A zona do euro foi particularmente atingida e entrou em um processo de estagnação e crise que se estende até os dias de hoje, sobretudo em

sua periferia. A retração do centro do sistema, em um segundo momento, afetou o conjunto da periferia, que no início da crise parecia mais resistente a seus efeitos. Vários países periféricos passaram a apresentar crescente tendência de desaceleração econômica, em especial a China, o que impactou vastas regiões da periferia que tinham neste país um importante mercado para as suas commodities. É neste contexto que temos que entender os impactos da crise do capitalismo global na economia brasileira.

A CRISE E O BRASIL

A crise atingiu a economia brasileira pela retração do comércio, pela diminuição do crédito, pela saída de capitais, pela queda do preço das commodities e pela diminuição acentuada dos fluxos de capitais. Um dos resultados foi a desvalorização da moeda. Os bancos nacionais restringiram o crédito. A redução da liquidez afetou o conjunto da economia. Devido a especulação, muitas grandes empresas brasileiras ficaram à beira da insolvência. Os investimentos e o consumo caíram. Em 2009, o PIB encolheu 0,9% (BARBOSA, 2013, p. 80-81).

O governo Lula reagiu a crise adotando medidas anticíclicas, quais sejam: redução do depósito compulsório dos bancos, aumento da emissão de moeda, majoração do gasto público (maior dispêndio com os programas sociais, com o seguro desemprego, com a previdência social, com os salários do funcionalismo e com os investimentos em infraestruturas relacionados ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), redução do superávit primário, desonerações fiscais, ampliação do crédito e expansão da atuação do BNDES no financiamento a longo prazo dos investimentos a juros reduzidos (BARBOSA, 2013, p. 81-83). Contudo, o governo demorou para reduzir a taxa de juros, que continuou uma das maiores do mundo.

O resultado dessas medidas foi a recuperação da economia, que cresceu 7,5% em 2010, puxada pelo incremento do consumo e do investimento. A rápida recuperação baseada na expansão do mercado interno começou, contudo, deixar mais evidente os limites do padrão de acumulação que vinha sendo implementado desde 2003.

O governo Lula manteve os pilares centrais da política macroeconômica de seu antecessor descritos acima. Um dos resultados dessa política foi a tendência a apreciação cambial, que teve forte influência negativa sobre o setor industrial e sobre as contas externas. A manutenção dessa política respondia sobretudo aos interesses do capital financeiro, pois eram a garantia de valorização a alta taxas do capital fictício em um mundo onde as taxas de juros tendiam a ser baixas.

Embora a política macroeconômica de FHC tenha sido mantida em suas linhas gerais, sem confrontar o capital, Lula implementou medidas expansivas, destinadas a dinamizar o mercado interno e a enfrentar o problema da miséria e da desigualdade social. Dentre as quais destacam-se as seguintes: o programa bolsa família, a política de majoração do salário mínimo, a política de aumento de gastos com a educação, ampliação do crédito; o lançamento do PAC e a utilização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como instrumento de política industrial. Essas medidas foram importantes para Lula articular ampla uma base política e social para o seu governo (SICSÚ, 2013).

Em um quadro de expansão da economia mundial, o resultado foi um crescimento bem superior ao período anterior, sustentado pelo aumento do consumo, do investimento e das exportações, acompanhado de melhorias nos salários e no emprego. A situação fiscal melhorou e as reservas internacionais do país cresceram (SICSÚ, 2013).

No entanto, o forte crescimento de 2010 aguçou as contradições do padrão de acumulação, o que começou a ficar evidente quando a inflação encostou no teto da meta de 6,5%. O governo temeroso de um descontrole inflacionário elevou a taxa de juros e o depósito compulsório dos bancos e reduziu moderadamente os gastos público. A elevação dos juros atraiu grande volume de capital especulativo para o Brasil, resultando em maior valorização do real. Esse processo, somado a melhora dos preços das commodities, aprofundou a valorização da moeda. (BARBOSA, 2013, p. 84).

As altas taxas de juros e câmbio excessivamente valorizado resultaram na deterioração das contas externas quando da crise mundial. Depois de superávits entre 2003 e 2007 nas transações correntes, os défi-

cits voltaram e se agravaram. O balanço de pagamentos tem sido fechado graças aos investimentos externos diretos e aos voláteis investimentos em carteira. (GONÇALVES, 2013, p. 102-104, 124-125). Mas é preciso assinalar que o nível elevado de reservas e a política fiscal permitiram suportar a crise mundial, sem que esta se desdobrasse, como nos anos 1990, em crise financeira interna (BELLUZZO, 2009).

Juros altos e câmbio valorizado impactaram negativamente o setor industrial, que sofreu forte concorrência de produtos importados, pois muitos países, como a China, levaram a cabo uma política de rebaixamento dos preços de seus produtos manufaturados e de desvalorização cambial. Embora a economia tenha crescido, parte da demanda tem vasado para o exterior. A indústria tem perdido terreno nos mercados internos e externos. Esta situação se reflete no nível baixo dos investimentos em relação ao PIB ao longo da última década. O crescimento dos investimentos públicos foi insuficiente para alterar a situação. Observam-se fortes indícios de desindustrialização no Brasil. Este processo tem sido acompanhado no período recente pela reprimarização da pauta de exportações (GONÇALVES, 2013).

Ao termino do governo Lula, em um contexto de grave crise internacional, apesar do crescimento econômico, uma série de problemas se acumulavam, quais sejam: deterioração das contas externas, excessiva valorização da moeda, taxas de juros extremamente elevadas, perda de terreno do setor industrial, reprimarização das exportações, gargalos importantes na infraestrutura, perda de competitividade no setor industrial, declínio da produtividade e taxa de investimento insuficiente para sustentar o crescimento. Parte considerável desses problemas derivava da manutenção do arcabouço macroeconômico neoliberal, que parece ser incompatível com um crescimento voltado para o mercado interno, à medida que inibe os investimentos e induz ao retrocesso estrutural da economia.

No geral, o governo Dilma manteve a política econômica do seu antecessor. Pressionada pela alta da inflação, Dilma a partir do início de 2011 restringiu o crédito, aumentou o compulsório e as exigências de capital dos bancos, aumentou o IOF (Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro - ou relativas a títulos ou valores imobiliários incidências)

sobre as operações de crédito pessoal, elevou os juros e conteve o gasto público, mas não cortou os gastos com os programas sociais.

Medidas que somadas ao recrudescimento da crise internacional em 2011 acarretaram uma desaceleração do PIB neste ano e em 2012. O governo mostrou-se incapaz de aumentar substantivamente seus investimentos em áreas estratégicas, como em infraestrutura. Dilma a partir de agosto de 2011 tentou reverter o baixo crescimento reduzindo a taxa básica de juros, tentando desvalorizar o câmbio, flexibilizado a postura em relação à meta da inflação e adotando medidas de controle dos preços administrados pelo Estado. O governo parecia estar disposto a modificar a política macroeconômica neoliberal. A taxa básica de juros, em outubro de 2012, atingiu a cifra de 7,25%, aproximando-se, em termos reais, das taxas vigentes nas principais economias do mundo. Além de incentivar o consumo e o investimento, a redução dos juros reduzia o peso da dívida pública no PIB. Ao mesmo tempo, outras medidas de estímulo foram adotadas. O governo esperava que essas medidas fizessem com que a economia retomasse uma trajetória de crescimento acelerado (SICSÚ, 2013).

Os setores rentistas ficaram bastante descontentes com essas medidas e com o largo apoio da grande imprensa passaram a pressionar cada vez mais o governo para alterar sua política. Os liberais avaliavam como inadmissível a aparente flexibilização da política macroeconômica.

As medidas adotadas por Dilma, contudo, não conseguiram reverter a desaceleração da economia e as pressões inflacionárias, que derivavam de vários fatores, a saber: 1- elevação dos preços no setor de serviços em virtude do alto nível de emprego e do crescimento dos salários; 2- elevação dos preços dos produtos agrícolas devido a problemas de quebra de safras; 3- elevação dos preços das commodities; 4- manutenção de mecanismos de indexação de preços, principalmente dos controlados pelo Estado. Os preços subiram apesar do fraco desempenho da economia, o que indica não ser o excesso de demanda, como asseveram os ortodoxos, a causa da inflação. (SICSÚ, 2013).

As causas do fracasso da política de Dilma são as seguintes: 1- cenário internacional adverso; 2- efeitos defasados das medidas restritivas adotadas no primeiro semestre de 2011; 3- deterioração das expectativas

dos empresários; 4- dificuldade de o Estado deslanchar os investimentos no setor de infraestrutura para enfrentar os pontos de estrangulamento da economia; 5- juros altos e 6- câmbio apreciado. A associação de juros altos e câmbio valorizado inibiu o investimento, sobretudo o industrial e desviou parte importante do crescimento da demanda para o exterior, o que teve efeitos deletérios sobre o setor industrial em um contexto de acirramento da concorrência internacional. Aqui se encontram os motivos principais para a continuidade do baixo crescimento. O crescimento do consumo, que vinha sendo o principal elemento da expansão da economia desde 2003, não mais conseguia cumprir essa função, pois o endividamento das famílias apresenta limites ao que se soma o desequilíbrio das contas externas.

A manutenção dos juros sistematicamente acima da média internacional, em um contexto de elevada liquidez global manteve a tendência de apreciação do real até fins de fins de 2014 e início de 2015. Na situação de crise mundial e de acirrada concorrência, a valorização da moeda é um dos elementos fundamentais para explicar a crescente deterioração da balança comercial. A valorização também estimulou as remessas para o exterior, o que também contribuiu para os crescentes déficits das transações correntes. O Brasil se defronta com o agravamento do problema da vulnerabilidade externa.

Neste contexto, a grande imprensa, principal porta voz dos setores mais conservadores, intensificou as críticas a incapacidade do governo em conter uma pretensa crise inflacionária, que não existe. Passou a defender de maneira cada vez mais furiosa a elevação dos juros, a contenção do crédito e o corte severo dos gastos públicos e de direitos sociais. Paralelamente, desencadeou-se uma série de movimentos sociais reivindicando melhorias nos transportes urbanos, na educação e na saúde e o fim da corrupção generalizada no setor público. Movimentos heterogêneos, compostos por vários setores de classe com interesses e reivindicações distintas. Esses movimentos acuaram o governo, que foi pego de surpresa, sobretudo pela abrangência das manifestações. Estes movimentos evidenciaram os limites das políticas sociais focalizadas do governo e indicam a necessidade de políticas universais.

Sob fogo cruzado, o governo Dilma cedeu às pressões conservadoras e elevou os juros com o objetivo de deter a inflação. Esta medida contribuiu para aprofundar a desaceleração da economia, ao que se soma o quadro internacional instável. A situação de crescente vulnerabilidade externa, o baixo crescimento econômico, a perda de terreno do setor industrial, a persistência das pressões inflacionárias, a reprimarização das exportações, a necessidade de ampliar substantivamente os investimentos nas áreas sociais, na infraestrutura e na proteção ao meio ambiente colocam questões de difícil solução a curto ou médio prazo. Na campanha eleitoral do ano passado, Dilma indicou que enfrentaria esta situação buscando uma alternativa ao ajuste recessivo, embora sinalizasse desde a retomada da majoração dos juros pelo Banco Central uma guinada para uma política de contenção. Esta postura foi reforçada após a vitória eleitoral de novembro de 2014.

Apesar da vitória eleitoral, o governo rapidamente anunciou que implementaria uma política recessiva, o que não foi suficiente para acalmar as oposições inconformadas com a derrota e decididas a retomar o poder. Em pouco tempo, as condições de governabilidade se deterioraram sob a pressão da deterioração da situação econômica (em parte causada pelas próprias medidas recessivas adotadas pelo governo), da persistência da crise internacional, da onda de casos de corrupção, da campanha diuturna da imprensa contra seu governo e pela implosão de sua base no Congresso. Símbolo dessa linha política foi a nomeação de Joaquim Levy, indicado diretamente pelo capital financeiro para ocupar o Ministério da Fazenda. Ao optar por essa estratégia fechou a possibilidade de articular apoio popular contra a austeridade e em favor do emprego e dos salários.

Esta política levou o governo Dilma a se afastar dos setores populares ao mesmo tempo em que sua base de sustentação no Congresso se esfarelou. O governo enfrenta acirrada oposição da esmagadora maioria da classe dominante e das classes médias. O espaço parece aberto para saídas mais à direita, em consonância com o encaminhamento da crise estrutural do capitalismo global, que até o momento tem sido conservador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas econômicas de Lula e de Dilma buscaram manter o arcabouço macroeconômico neoliberal herdado de FCH e ao mesmo tempo implementar medidas voltadas para a expansão do mercado interno e para enfrentar os históricos problemas sociais brasileiros. Esta linha de ação mostrou-se possível enquanto a economia mundial cresceu a taxas elevadas, o que permitiu reduzir momentaneamente a vulnerabilidade externa e controlar a inflação, à custa de uma das mais elevadas taxas de juros do mundo e de persistente valorização cambial. Os efeitos dessa estratégia foram deletérios para a economia brasileira. A crise mundial e a política macroeconômica neoliberal, calcada sobretudo no câmbio valorizado, nas altas taxas de juros, nas metas inflação e no superávit primário, inviabilizaram essa estratégia, pois a medida que a inflação chegou perto do teto da meta o governo aumentou os juros, o que desestimulou o consumo e o investimento e contribuiu para valorizar ainda mais a moeda, em um contexto de elevada liquidez internacional e deterioração das contas externas. Os estímulos a demanda, adotados para neutralizar a crise, vazaram, em grande parte, para o exterior. Parte dos subsídios recebidos pelas empresas foram desviados para aplicações financeiras. Com a retração da indústria e do investimento o crescimento foi decrescente e acompanhado de maior vulnerabilidade externa. Este quadro projetou-se para o segundo mandato de Dilma, que ao invés de romper com a terapia recessiva a aprofundou, distanciando-se da sua maior base de sustentação, os trabalhadores, que poderiam se mobilizar para a manutenção do emprego e dos salários. A política recessiva imposta pelos interesses do capital globalizado fragiliza a posição do Brasil e joga a maior parte do ônus da crise sobre os trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: SADER, E. (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 69-102.
- BASUALDO, E.; ARCEO, E. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- BELLUZZO, L. G. M. *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global*. São Paulo: Edunesp, 2009.

- BRENNER, R. *O bomm e a bolha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- _____. Novo boom ou nova bolha? In: SADER, E. (Org.). *Contragolpes*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 117-158.
- CANO, W. *(Des) industrialização e subdesenvolvimento*. Campinas: IE-UNICAMP, 2014.
- CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Edunesp, 2002.
- CHESNAIS, F. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- GONÇALVES, R.. *Desenvolvimento às avessas*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A.; VIEIRA, R.. L.(Org.). *Economia e sociedade: o Brasil e a América Latina na conjuntura de crise do capitalismo global*. Marília: Oficina Universitária/Cultura Acadêmica, 2014.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2007.
- _____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MEDEIROS, C. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transição na Rússia e na China. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.. H.; SERRANO, F. (Org.). *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 173-277.
- SICSÚ, J. *Dez anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Geração, 2013.